Projeto PJe

1. Escopo do Projeto
Implantar o Processo Judicial eletrônico (PJe), sistema de processamento de informações e prática de atos processuais disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), onde as partes poderão juntar quantos arquivos que se fizerem necessários à ampla e integral defesa de seus interesses de forma que todos os documentos juntados seja pelas partes, órgãos do Poder Judiciário e seus auxiliares, membros do Ministério Público, Procuradorias, Advogados Públicos e Privados terão força probante. Incumbirá àquele que produzir o documento digital ou digitalizado e realizar a sua juntada aos autos zelar pela qualidade deste, especialmente quanto a sua legibilidade. Cumprir a Resolução n° 185/2013 do CNJ, instituindo em seu artigo 34, parágrafo 4° que no ano de 2014 deverá ser implantado o PJe em, no mínimo, 10% dos órgãos julgadores de 1° e 2° Graus. Como o PJe é uma ferramenta totalmente digital, este que substituirá paulatinamente o PROJUDI. Obedecendo a resolução acima mencionada, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás por meio de Decreto Judiciário n° 751/2014 instituiu o comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico no âmbito do TJGO.

2. Alinhamento Estratégico / Plano de Gestão - CGJGO	
Tema	Infraestrutura e Tecnologia
Objetivo estratégico	Disponibilizar sistemas essenciais de TI apropriados às atividades do 1° Grau.
Meta	M11 Desenvolver e Implantar, no mínimo, 4 novas funcionalidades para os sistemas em uso, que atendam as demandas do CNJ e do 1° Grau de Jurisdição.
3. Alinhamento Estratégico / Planejamento Estratégico - TJGO	
Tema	Infraestrutura e Tecnologia
Objetivo estratégico	Disponibilizar Recursos de Tecnologia da Informação
Meta	

4. Justificativa

Considerando a necessidade de racionalização da utilização dos recursos orçamentários pelos órgãos do Poder Judiciário, dar-se-á a substituição da tramitação de autos em meio físico e no sistema PROJUDI, para o meio eletrônico disponibilizado pelo CNJ.

Essa mudança viabiliza padronização dos procedimentos, celeridade e qualidade na prestação jurisdicional atendendo também a previsão do Plano de Gestão 2014/2015 da CGJGO na perspectiva recursos onde o tema infraestrutura e tecnologia se pauta pelo objetivo estratégico de atender as demandas do Conselho Nacional de Justiça e do 1° Grau de Jurisdição.

O PJe compreenderá o controle do sistema judicial nos seguintes aspectos:

1- Controle da tramitação de processos;

2- Padronização de todos os dados de informação;

3- A produção, registro e publicidade dos atos processuais;

4- Fornecimento de dados essenciais a gestão das informações necessárias aos diversos órgãos de supervisão, controle e uso do sistema judiciário.

5. Áreas envolvidas

- PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA – TJGO
- Secretaria de Gestão Estratégica - SGE
- Diretoria de Informática – TJGO
- Diretoria Judiciária
- CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA - CGJGO
- Secretaria-Geral da CGJGO
- Diretoria de Planejamento e Programas – CGJGO
- Diretoria de Tecnologia da Informação – CGJGO

PARCEIROS:

- Ministério Público do Estado de Goiás – MPGO
- Ordem dos Advogados do Brasil – Goiás (OABGO)
- Procuradoria do Município
- Defensoria Pública
- Procuradoria do Estado
- Outras Procuradorias

- Associação dos Magistrados (ASMEGO)
- Sindicato dos Servidores e Serventuários da Justiça (SINDJUSTIÇA)

6. Resultados e Produtos Esperados

1- Atender as diretrizes contidas na Lei n. 11.419 de 19/06/2006;
2- Cumprir a Resolução n. 185, de 18/12/2013;
3- Racionalizar recursos orçamentários;
4- Oferecer celeridade aos serviços do Poder Judiciário;
5- Aperfeiçoar a gestão tecnológica no Poder Judiciário;
6- Controle da tramitação de processos;
7- Padronização de todos os dados de informação;
8- A produção, registro e publicidade dos atos processuais;
9- Fornecimento de dados essenciais a gestão das informações necessárias aos diversos órgãos de supervisão, controle e uso do sistema judiciário.

Estrutura de Decomposição de Trabalho (EDT)	Cronograma		Área responsável
	Início	Término	
Resultado 1 - Estruturação do Projeto			**Abril/2014**
Produto 1.1Elaboração do Plano do Projeto			Abril/2014
Produto 1.2 Envio para o Conselho Nacional de Justiça-CNJ			Maio/2014
Produto 1.3 Execução do Projeto			Abril/2014 a Dezembro/2014
Produto 1.5 2014 - Implantar o PJe em 10% dos órgãos julgadores deste Tribunal, preferencialmente nos Juizados Especiais Cíveis e Turmas Recursais			Abril/2014 a Dezembro/2014
Produto 1.6 2017 - Implantar o PJe em 100% das unidades.			Abril/2014 a Dezembro/2014
Produto 1.7 Encerramento do Projeto			Dezembro/2014
Resultado 2 - Aquisição			
Produto 2.1 Equipamentos e suprimentos e informática			
Produto 2.2 Certificado Digital, Padrão A3, para 1.200 (mil e duzentos) usuários, ao valor unitário de R$-325,00, totalizando em R$-390.000,00, pelo prazo de 3 (três) anos.			
Resultado 3 - Cronograma			
Produto 3.1 Corumbá de Goiás	28/07/2014	01/08/2014	

Produto 3.2	Leopoldo de Bulhões	11/08/2014	15/08/2014
Produto 3.3	Nazário	18/08/2014	22/08/2014
Produto 3.4	Turvânia	18/08/2014	22/08/2014
Produto 3.5	Taquaral de Goiás	25/08/2014	29/08/2014
Produto 3.6	Rialma	25/08/2014	29/08/2014
Produto 3.7	Rubiataba	01/09/2014	05/09/2014
Produto 3.8	Santa Terezinha de Goiás	01/09/2014	05/09/2014
Produto 3.9	Estrela do Norte	08/09/2014	12/09/2014
Produto 3.10	Campinorte	08/09/2014	12/09/2014
Produto 3.11	Santo Antônio do Descoberto	15/09/2014	19/09/2014
Produto 3.12	Novo Gama	15/09/2014	19/09/2014
Produto 3.13	Jussara	22/09/2014	26/09/2014
Produto 3.14	Mineiros	22/09/2014	26/09/2014
Produto 3.15	São Miguel do Araguaia	29/09/2014	03/10/2014
Produto 3.16	Uruaçu	29/09/2014	03/10/2014
Produto 3.17	Ipameri	13/10/2014	17/10/2014
Produto 3.18	Itapuranga	13/10/2014	17/10/2014
Produto 3.19	Inhumas	20/10/2014	23/10/2014
Produto 3.20	Anicuns	20/10/2014	23/10/2014
Produto 3.21	2º Juizado Especial Cível de Goiânia	29/10/2014	31/10/2014
Produto 3.22	Águas Lindas de Goiás	03/11/2014	07/11/2014
Produto 3.23	Serranópolis	03/11/2014	07/11/2014
Produto 3.24	1º Juizado Especial Cível de Anápolis	10/11/2014	14/11/2014
Produto 3.25	2º Juizado Especial Cível de Anápolis	10/11/2014	14/11/2014
Produto 3.26	3º Juizado Especial Cível de Anápolis	10/11/2014	14/11/2014
Produto 3.27	4º Juizado Especial Cível de Anápolis	10/11/2014	14/11/2014
Produto 3.28	Maurilândia	17/11/2014	21/11/2014
Produto 3.29	Montividiu	17/11/2014	21/11/2014
Produto 3.30	Flores de Goiás	24/11/2014	28/11/2014
Produto 3.31	Cachoeira Dourada	24/11/2014	28/11/2014
Produto 3.32	1ª Turma Recursal da 1ª Região	09/12/2014	12/12/2014
Produto 3.33	2ª Turma Recursal da 1ª Região	09/12/2014	12/12/2014
Produto 3.34	1ª Turma Recursal da 2ª Região	09/12/2014	12/12/2014

Produto 3.35 2ª Turma Recursal da 2ª Região	09/12/2014	12/12/2014
Produto 3.36 1ª Turma Recursal da 3ª Região	09/12/2014	12/12/2014
Produto 3.37 2ª Turma Recursal da 3ª Região	09/12/2014	12/12/2014
Produto 3.38 Turma Recursal da 4ª Região	09/12/2014	12/12/2014
Produto 3.39 Turma Recursal da 5ª Região, 1ª Sub-Região	09/12/2014	12/12/2014
Produto 3.40 Turma Recursal da 5ª Região, 3ª Sub-Região	09/12/2014	12/12/2014
Produto 3.41 Turma Recursal da 6ª Região, 1ª Sub	09/12/2014	12/12/2014
Produto 3.42 Turma Recursal da 7ª Região	09/12/2014	12/12/2014
Produto 3.43 Turma Recursal da 8ª Região	09/12/2014	12/12/2014
Produto 3.44 Turma Recursal da 9ª Região	09/12/2014	12/12/2014
Produto 3.45 Turma Recursal da 11ª Região	09/12/2014	12/12/2014
Produto 3.46 Turma Recursal da 12ª Região	09/12/2014	12/12/2014
Produto 3.47 Turma Recursal da 13ª Região	09/12/2014	12/12/2014

7. Estimativa de Custos

Categoria	Descrição Sumária	Método de Aquisição	Data Limite para Aquisição	Exercício Financeiro	Custo Estimado
1	1.200 Certificados Digitais Padrão A3	Licitação	2015	2015	390.000,00
2	x	x	x	x	x
3	x	x	x	x	x
				TOTAL	**R$ 390.000,00**

8. Variáveis do Projeto	
Premissas	Aquisição de Certificados Digitais A3; Aquisição de equipamentos e suplementos de informática; Cursos de Capacitação; Webservice para emissão de guias; Desenvolver ferramenta de emissão de certidão (negativa positiva), buscando a base de dados dos sistemas em uso; Liberar o SPG para cadastrado de mandados emitidos pelo PJe, com vistas a posterior "distribuição ao oficial de justiça";
Restrições	Qualquer solicitação de modificação no sistema deve ser encaminhada à gerência geral do projeto (CNJ), que encaminhará ao Grupo de Mudanças do PJe (nacional), os pedidos feitos pelos Tribunais. Sendo autorizada a solicitação, ela será encaminhada a uma das "fábricas" que deverá desenvolver e enviar a Gerência Geral para integrar ao sistema.
Riscos	Velocidade do *link* ser insuficiente para rodar os sistemas do TJGO; Falta de equipamentos; Resistência à implantação do PJe;

10. Responsáveis do Projeto		
Gerente executores do Projeto na Comarca	Maria de Fátima da Silva	
Ramal	**Correio Eletrônico**	**Lotação**
3216 2025	mfatimasilva@tjgo.jus.br	Corregedoria-Geral da Justiça - GO
Apoio Técnico das Comarcas	mfatimasilva@tjgo.jus.br	
Ramal	**Correio Eletrônico**	**Lotação**
mfatimasilva@tjgo.jus.br	mfatimasilva@tjgo.jus.br	Corregedoria-Geral da Justiça - GO
Projetista	Maria de Fátima da Silva Andréia Magalhães de Oliveira	
Ramal	**Correio Eletrônico**	**Lotação**
11. Aprovação do Projeto		
Revisão Técnica	**Data**	**Assinatura**
Leonardo Pereira Martins	07/05/2014	Leonardo Pereira Martins Secretário-Geral da Corregedoria
Elaboração do Projeto e Conteúdo	**Data**	**Assinatura**
Maria de Fátima da Silva Andréia Magalhães de Oliveira	07/05/2014	
Aprovação Comitê Gestor PJeGO-Desembargadora Beatriz Figueiredo Franco/Presidente (Decreto Judiciário N.751/2014)	**Data**	**Assinatura**